

III Conferência Internacional para a Inclusão 2015

Livro de atas

INCLUDiT

International Conference
for Inclusion

Livro de Atas da III Conferência Internacional para a Inclusão - INCLUDiT

Ficha técnica

Título

Livro de atas da III Conferência Internacional para a Inclusão 2015

Organizadores

Carla Sofia Freire

Catarina Mangas

Célia Sousa

Edição

Centro de Investigação em Inclusão e Acessibilidade em Ação - iACT

Centro de Recursos para a Inclusão Digital – CRID

Mestrado em Comunicação Acessível

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – ESECS

Instituto Politécnico de Leiria - IPLeia

Projeto gráfico

Carlos Silva

ISBN

978-989-8797-07-0

Comissão Científica

Ana Margarida Carreira (Instituto Politécnico de Leiria – iACT)

Ana Saldanha (iACT)

Carla Lopes (Instituto Politécnico de Leiria)

Carla Freire (Instituto Politécnico de Leiria – iACT / NIDE)

Catarina Mangas (Instituto Politécnico de Leiria – iACT / NIDE)

Célia Sousa (Instituto Politécnico de Leiria – CRID /iACT)

Eduardo Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Francisco Godinho (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD)

Graça Seco (Instituto Politécnico de Leiria – NIDE/SAPE)

Isabel Cuadrado Gordillo (Universidade da Extremadura, Espanha)

Jaime Ribeiro (Instituto Politécnico de Leiria – iACT)

Jorge Fernandes (Fundação para a Ciência e Tecnologia)

Jorge Varela (Instituto Politécnico de Leiria – iACT)

Josélia Neves (Hamad Bin Khalifa University, Qatar Foundation)

Josep Maria Monguet (Universitat Politècnica de Catalunya)

Luís Barbeiro (Instituto Politécnico de Leiria – NIDE)

Manuela Francisco (Instituto Politécnico de Leiria – UED)

Maria Antónia Barreto (Instituto Politécnico de Leiria – NIDE)

Maria de São Pedro Lopes (Instituto Politécnico de Leiria – NIDE)

Maria dos Anjos Dixe (Instituto Politécnico de Leiria – UIS, Portugal)

Nuno Fragata (Instituto Politécnico de Leiria – iACT)

Olga Santos (Instituto Politécnico de Leiria – iACT / NIDE)

Regina de Oliveira Heidrich (Universidade Feevale, Brasil)

Ricardo Vieira (Instituto Politécnico de Leiria – CIID / CICS.Nova)

Rita Cadima (Instituto Politécnico de Leiria – NIDE/iACT)

Rui Matos (Instituto Politécnico de Leiria – CIEQV)

Rui Pedrosa (Instituto Politécnico de Leiria – GIRM)

Índice

Nota introdutória.....	1
Comunicações plenárias.....	3
Do nivelar por baixo ao elitismo para todos.....	4
El aspecto no-verbal de la comunicación didáctica como factor clave de la comprensión y bienestar emocional del alumnado.....	5
Cumprir o direito da criança à educação: Educação Inclusiva.....	6
DISLEXIA: maior e melhor INCLUSÃO é possível.....	7
A importância das tecnologias de apoio nas necessidades complexas de comunicação.....	9
Artigos.....	11
Inclusão Cultural por meio de acessibilidade para pessoas com deficiência: resultados do Memorial do Anglo da Universidade Federal de Pelotas/RS.....	12
Sexuality education: Inclusion by the suspension of judgement within a multicultural society.....	21
Educação intercultural de surdos e formação de professores: O caso do Ciclo de Conferências Do gesto à voz: educação de surdos e inclusão*.....	32
Ensino-aprendizagem do sujeito surdo: um estudo de caso.....	46
Apoio a estudantes com necessidades especiais no Ensino Superior: a experiência de 10 anos do GTAEDS.....	58
Inclusão no Ensino Superior: Percepções dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais sobre a permanência na Universidade.....	69
Práticas Inclusivas em Ciências.....	81
(Re)Conhecer as vivências dos alunos com NEE e (Re)utilizá-las como facilitador das suas aprendizagens em ciências.....	92
“Ciência para todos... é possível” Projeto de Educação em Ciências para jovens e adultos com Incapacidade Intelectual.....	100
Motivação e Resiliência dos Professores Disléxicos.....	110

Conceção de um Serviço de Apoio à Inclusão em eLearning (SAleL) para uma universidade de ensino a distância	123
Ensino de desenho a crianças com deficiência intelectual: estratégias e bases teóricas.....	135
Incubadora de Inclusão: Funcionalidade e Medidas Educativas no Concelho de Alcobaça.....	145
A inclusão de alunos com perturbações de défice de atenção e hiperatividade: estudo de caso.....	161
Educação Especial: entre a compensação e a emancipação	174
Incubadora de Inclusão: Inclusão de Crianças com Deficiências na Escola - Perceções dos Encarregados de Educação.....	183
A construção da diferença – Desenvolvimento de competências de literacia em crianças e jovens com incapacidade intelectual	191
Análise da relação entre a Satisfação com a Vida e a Solidão numa amostra de alunos de Universidades Seniores	199
Trajétórias de vida de idosos institucionalizados e sua participação nas atividades do Lar.....	208
Incubadora de Inclusão: A Importância da Inclusão Familiar, Escolar e Social no Desenvolvimento da Criança	221
Expectativas Académico-Profesionales de Adolescentes con Dificultades de Aprendizaje y Riesgo de Exclusión Social.....	234
Extensão Universitária e Inclusão: incubação de Empreendimentos Económicos Solidários como tecnologia social de fomento à agricultura familiar e à formação académico-profissional.....	245
A Cidade Educadora como espaço de inclusão. Estudo de caso do Município de Leiria.....	256
Acessibilidade escolar: o caso da Escola Secundária Pinheiro e Rosa em Faro	263
A inclusão da pessoa com deficiência – a necessidade de um novo paradigma	277
Comunidade de prática online: partilha de conhecimentos na área das necessidades especiais.....	288
Avaliação dos níveis de acessibilidade das páginas e catálogos bibliográficos das bibliotecas de instituições do ensino superior.....	301
Projeto “5 Sentidos, 5 Amigos”.....	315

Inclusão socioproductiva e organização comunitária: revelando atributos de Gestão Social em uma comunidade de práticas no Programa Minha Casa, Minha Vida.....	328
Justiça com a diferença e dever de memória no pensar a inclusão escolar.....	339
O trabalhador estudante – especificidades na prestação da atividade laboral	349
Efeito de um Programa de intervenção em Fisioterapia na pessoa com Deficiência Intelectual	359
O Sentido Positivo para a Vida em Grávidas Toxicodependentes	372
Caraterização dos utilizadores e razões da utilização do NVDA	385
Palavrexia: Aplicação Móvel no Acompanhamento de Disléxicos	407
SPAG – Sound Proximity Audio Guide.....	420
Intérprete Automático de Fala em Língua Portuguesa para Língua Gestual Portuguesa.....	434
A integração das TIC na Educação Especial: software educativos no Agrupamento de Escolas de Castro Daire.....	449
Relatos.....	462
<i>NÓS no musEU</i> – a (re)interpretação da arte como promotor de cidadania ativa	463
Museus inclusivos: Realidade ou ficção?.....	466
EU no musEU: intervenção não farmacológica nas demências em contexto museológico.....	469
O intérprete de língua gestual portuguesa: Uma experiência Vo'arte.....	472
Descobrimo a inclusão: Relato sobre atividades de sensibilização no Museu da Comunidade Concelhia da Batalha.....	477
Uma menina como todas as outras ou nem tanto.....	482
Tomás, um coelho para todos: Instrumentos pedagógicos de educação acessível	485
IncluDIS: estratégias para a inclusão dos alunos com Dificuldades de Aprendizagem Específicas	488
Experiencias de Aprendizagem Musical com alunos com Necessidades Educativas Especiais.....	491
Uma ideia, uma solução: Inclusão e intervenção.....	494
Inclusão pelo Desporto: potencialidades da orientação	497

Desporto Com Sentido: A inclusão através do desporto da teoria à prática.....	500
Festivais de Dança e inclusão social.....	504
<i>Posters</i>	507
Intervenção do Terapeuta da Fala baseada nas rotinas do Jardim-de-Infância: Um estudo de caso com Terapeutas da Fala de referência na área das Perturbações do Espectro do Autismo	508
Projeto EKUI	510
Projeto "Intervir para a igualdade": Intervenção com crianças com NEE	512
Projeto de apoio a crianças com perturbações na comunicação e linguagem.....	514
Livros em Multiformato: um projeto dinâmico	516
Ações e estratégias de acessibilidade em bibliotecas universitárias brasileiras e portuguesas.....	518
Comportamento e sucesso educativo: um projeto de apoio a crianças e famílias	519
O Programa IPL60+ aos olhos dos jovens estudantes da ESECS	521
A inclusão no mercado de trabalho de diplomados na área social.....	523
Promoção da Saúde em Idosos: Literacia em saúde e Inclusão	525
Centro de Recursos para a Inclusão Associação do Porto de Paralisia Cerebral.....	526

Apoio a estudantes com necessidades especiais no Ensino Superior: a experiência de 10 anos do GTAEDES

Lília Aguardenteiro Pires* (Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - lilia@letras.ulisboa.pt)

Graça Seco* (Coordenadora do Serviço de Apoio ao Estudante do Instituto Politécnico de Leiria – graca.seco@ipleiria.pt)

Gracinda Martins* (Coordenadora do Gabinete Pedagógico da Universidade de Aveiro - gracinda@ua.pt)

*Coordenação do GTAEDES - Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino Superior - para o biénio 2014-2016.

Resumo:

Em 2012, estudavam no ensino secundário português cerca de 15 000 estudantes que recebiam apoio educativo relacionado com a sua Necessidade Educativa Especial (NEE) (European Agency for Development in Special Needs Education, 2012). Assim, e como as respostas aos estudantes com NEE têm vindo a sofrer grandes alterações nas últimas décadas, são cada vez mais aqueles que chegam ao ensino superior.

Considerando estes dados, diversas instituições de ensino superior têm vindo a desenvolver esforços no sentido de dar resposta às necessidades destes estudantes, de forma a promover a sua inclusão e igualdade de oportunidades.

Formalizado em junho de 2004, o Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDES), é constituído por instituições de ensino superior público com serviços de apoio a estudantes com deficiência com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade a estes estudantes e de promover e facilitar a troca de experiências, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e a racionalização de recursos.

Com esta proposta de comunicação, pretendemos, apresentar alguns dados relativos ao modo como as instituições de ensino superior em Portugal se têm vindo a organizar, nos últimos 10 anos, para responder às necessidades dos estudantes com NEE.

Procuraremos também analisar a importância do papel do Psicólogo e do Técnico de Serviço Social na promoção da igualdade de oportunidades dos estudantes com NEE, de forma a potenciar o seu desenvolvimento e aprendizagem, através de apoios individualizados e atenção à diversidade centrada na pessoa.

Palavras-chave: Ensino Superior; Estudantes com Necessidades Educativas Especiais; Inclusão

Abstract:

In 2012, 15 000 high school Portuguese students were receiving educational support due to their Special Educational Need (SEN) (European Agency for Development in Special Needs Education, 2012). Therefore, and because the answer to the students with SEN has been suffering great alterations in the past decades, more students proceed to superior education.

Having this data in mind, several higher education institutions have been developing efforts in order to give an answer to these students' needs, always promoting their inclusion and equality of opportunities.

INCLUDiT III

Officially formed in June 2004, the «Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior» (GTAEDDES), is made by public superior education institutions that have services to support disabled students. The objective is to provide a quality service to these students and to promote and facilitate the exchange of experiences, the development of initiatives and the rationalization of resources.

With this proposal of communication, we aim to present some data about the way that the superior education institutions have been organizing themselves over the past 10 years in order to answer SEN students' needs.

We will also analyze the importance of the Psychologist and Social Service Technique in the promotion of equality of opportunities of SEN students promoting their development and learning through individual support and attention to diversity centered in the person.

Keywords: Superior Education, Special Needs Students, Inclusion

Introdução

No actual contexto, em que também o ensino superior deve constituir um fator de inclusão social, cada vez mais as instituições deste nível de ensino se confrontam com o desafio de reverem as suas práticas, no sentido de promoverem a inclusão de qualquer cidadão que queira prosseguir estudos, garantindo com qualidade o seu acesso, participação e aprendizagem. Para cumprir esta missão, e em conformidade com declarações internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990), a Declaração Mundial sobre a Educação Superior (Unesco, 1998), a Declaração de Dakar (2000) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), as instituições de ensino superior (IES) têm o dever de disponibilizar os recursos, as adaptações e as estruturas que possibilitem a prestação dos serviços requeridos pelos estudantes com necessidades educativas especiais (NEE).

Apesar das recomendações desses documentos orientadores e da emergência do debate sobre a necessidade de transformar o ensino superior num ambiente mais inclusivo, justo e democrático, em investigações realizadas em Portugal (Pires, 2007, Espadinha, 2010; Abreu, 2011) relativos à perceção dos estudantes sobre as condições de acesso e frequência no ensino superior, é assinalada, por muitos estudantes, a existência de barreiras diversas à conclusão do seu percurso com sucesso. São dados como exemplos, as atitudes estereotipadas, de estranheza e de discriminação manifestadas pela comunidade académica, as dificuldades na obtenção de documentação e informação adaptada e em tempo útil, a falta de formação específica revelada pelos docentes, as dificuldades no acesso e na mobilidade dentro e fora do campus, a inexistência de serviços especializados e de regulamentação específica.

INCLUIÇÃO III

Para além destas, e analisando a realidade de vários países, a OCDE (2003 in Espadinha, 2010) identificou, ainda, como principais barreiras à existência de estudantes com deficiência no ensino superior, a falta de dados estatísticos consistentes e fiáveis sobre esse grupo estudantil e a falta de ligação e continuidade em relação ao apoio disponibilizado ao estudante no ensino secundário, factores que são também destacados nos estudos referidos anteriormente (Pires, 2007, Espadinha, 2010; Abreu, 2011), e realizados em contexto nacional.

Conscientes desta realidade, em 2004, dez instituições de ensino superior⁷, através dos seus serviços de apoio a estudantes com NEE, estabelecem entre si um protocolo que deu origem ao Grupo de Trabalho de Apoio a Estudantes com Deficiência no Ensino superior (GTAEDDES). Tendo como objetivo principal a promoção a melhoria da qualidade do apoio a estudantes com NEE no ensino superior, este grupo de trabalho comprometeu-se publicamente a atingir tal objetivo através da partilha de experiências, do desenvolvimento de iniciativas e da racionalização de recursos; do planeamento e organização de encontros, da realização de ações de esclarecimento e formação sobre temáticas de interesse para o funcionamento dos serviços; da promoção de encontros entre serviços e/ou com entidades nacionais e estrangeiras que apoiam estudantes com deficiências, tendo em vista o desenvolvimento e melhoria dos mesmos; através da melhoria da acessibilidade dos conteúdos e dos serviços em formato digital das IES, com particular atenção em relação aos disponibilizados na Internet e em bases de dados bibliográficos.

Para a concretização de tais objetivos, o GTAEDDES tem contado com a colaboração da Direcção-Geral de Ensino Superior em questões como o inquérito nacional sobre os apoios a estudantes com NEE neste nível de ensino e com o Instituto Nacional de Reabilitação nas actividades previstas na ENDEF-Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013.

O GTAEDDES é formado pelos representantes das instituições de ensino superior (IES) outorgantes que aí exercem funções de acolhimento e acompanhamento dos estudantes com NEE. Embora com formações diversificadas, estes profissionais orientam-se por princípios básicos idênticos, podendo diferenciar as suas intervenções de acordo com a situação específica de cada estudante e/ou IES. A partilha das suas experiências com os colegas do Grupo contribui para a qualidade do apoio prestado localmente

⁷ Às quais se juntaram depois mais três instituições, uma do ensino superior público universitário e duas do ensino superior público privado.

1. O Estudo

Em 2009, no âmbito do seu plano de atividades, o GTAEDES apresentou um estudo relativo aos apoios concedidos pelas IES, no ano letivo de 2006/2007, o qual revelou a existência, neste nível de ensino, de um número muito reduzido de estudantes com NEE. Num universo de 378.117 alunos matriculados no ensino superior nessa altura, as IES participantes identificaram apenas 816 estudantes com NEE.

Perante estes dados, e considerando a falta de conhecimento dos estudantes, pais e escolas do ensino secundário (professores e técnicos) relativamente à documentação e serviços existentes nas IES e o escasso acompanhamento dos serviços de apoio durante o processo de transição do ensino secundário para o ensino superior, em 2014, o GTAEDES decidiu realizar um novo inquérito. Pretendia-se com este estudo atualizar os dados relativos ao número de estudantes com NEE a frequentar o ensino superior e, ao mesmo tempo, identificar os apoios concedidos pelas IES a estes estudantes, tendo em vista a disponibilização de tal informação no sítio do GTAEDES, em <http://gtaedes.ul.pt/gtaedes/>. Deste modo, a informação ficaria acessível, tanto aos professores e técnicos das escolas secundárias, como aos próprios alunos e familiares, possibilitando assim uma preparação atempada do processo de transição e de integração no novo nível de ensino.

2. Metodologia e Procedimentos

Para atingir os objetivos enunciados era fundamental obter o máximo de respostas das instituições de ensino superior nacionais, tanto do ensino público, universitário e politécnico, como do ensino privado. Para o efeito, contámos com a colaboração da Direcção-Geral de Ensino Superior que, através de ofício, apelou à participação das instituições.

Como instrumento de recolha dos dados, foi tomado como ponto de partida o modelo de inquérito por questionário usado em 2007, em formato papel, o qual foi sujeito à revisão pelos membros do GTAEDES e, posteriormente, adaptado ao formato online. O referido inquérito estava organizado em quatro partes. A primeira visava identificar as IES, público e privado, universitárias e politécnicas, que teriam acolhido estudantes com NEE nos últimos três anos letivos (2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014). Na segunda parte, pretendia-se identificar o número de estudantes com NEE a frequentar o ensino superior e a sua evolução ao longo dos 3 últimos anos letivos, bem como a tipologia da sua condição e os cursos frequentados. Através dos itens constantes da terceira parte, procurava-se recolher informação sobre os apoios proporcionados

INCLUDIT III

aos estudantes com NEE, como sejam, a existência ou não de um serviço ou pessoa de contacto, de regulamentação específica, de condições especiais de frequência (adaptações curriculares, adaptações na avaliação e materiais de estudo adaptados) e produtos de apoio. A última parte, estava focada na informação relativa à acessibilidade e mobilidade em termos de edifícios e serviços personalizados.

A aplicação dos inquéritos decorreu no ano letivo de 2013/14, durante um mês, entre Março e Abril de 2014.

Tendo em conta a diversidade de funcionamento das IES e as questões de acessibilidade do edificado, foi pedido que, sempre que possível, fosse preenchido um questionário por cada unidade orgânica/escola.

Foram usados dois programas para recolha, tratamento e análise dos dados: o Excel, através do qual foi criada a base de dados e o IBM SPSS Statistics para o tratamento e análise dos mesmos.

Das 292 instituições de ensino superior identificadas pela DGES em tabela fornecida ao GTAEDDES, responderam ao inquérito 238, das quais, 170 pertenciam ao ensino superior público e 68 ao ensino privado, tanto universitário como politécnico. Das IES respondentes, apenas 118 assinalaram terem acolhido estudantes com NEE, das quais 33 pertenciam ao ensino superior privado e 85 ao ensino superior público

3. Principais resultados

3.1. Características dos estudantes com NEE no ensino superior

3.1.1. Número e distribuição regional de estudantes

No presente estudo, foram identificados, pelas instituições respondentes, 1.318 estudantes com NEE a frequentar o ensino superior, no ano letivo de 2013/2014. A maioria (83%) frequentava IES público e, destes, apenas 38% frequentava o ensino superior politécnico. Da análise dos dados relativos aos anos letivos de 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014 verificámos uma tendência para uma diminuição de estudantes com NEE a frequentar o ensino superior privado.

Em termos de distribuição regional, no ano letivo de 2013/2014, foi evidente uma maior concentração (49%) de estudantes com NEE nas regiões Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Contudo, foi em Lisboa que se registaram mais estudantes com NEE por distrito (41%) a frequentar IES. Comparando estes resultados com os divulgados pelo Conselho Nacional de Educação (2014), podemos observar que esta é também uma realidade nacional, ao nível do ensino secundário.

INCLUDIT III

3.1.2. Condição por tipologia

No que respeita à condição por tipologia, foi pedido às IES que identificassem o número de estudantes com NEE em função de algumas categorias previamente definidas, como sejam, deficiência auditiva, motora e visual, dislexia, doenças crónicas, doenças do foro psiquiátrico, doenças ou problemas neurológicos, espectro do autismo e multideficiência.

Os resultados obtidos demonstraram o predomínio dos estudantes com deficiências físicas e sensoriais (50%), dos quais 20% eram estudantes com deficiência motora, 18% com deficiência visual e 12% estudantes com deficiência auditiva. No subgrupo dos estudantes com outras NEE, as doenças do foro psiquiátrico assumiam maior expressividade (11%), seguindo-se os estudantes com doenças crónicas (7%) e os que apresentavam características do espectro do autismo (3%).

Em termos de evolução, apenas os números relativos aos estudantes com deficiência motora não apresentavam diferenças significativas ao longo dos três anos letivos em análise, bem como em relação ao estudo anterior, variando entre 246 alunos no ano lectivo de 2006/2007 e 256 alunos no de 2013/2014.

3.1.3. Cursos frequentados

Em relação aos cursos mais frequentados pelos estudantes com NEE nas IES respondentes, os dados foram agrupados de acordo com a classificação apresentada pela DGES: Ciências, Saúde, Tecnologias, Agricultura e Recursos Naturais; Arquitectura, Artes Plásticas e Design; Educação e Formação de Professores; Economia, Gestão, Contabilidade; Humanidades, Secretariado, Tradução; Educação Física, Desporto, Artes do Espectáculo; Direito, Ciências Sociais, Serviços.

Da análise dos dados relativos aos cursos frequentados pelos estudantes com NEE a frequentarem as IES respondentes em 2013/2014, verificámos um predomínio dos cursos na área de estudo do Direito, Ciências Sociais e Serviços (24%), seguindo-se as Tecnologias (17%) e a Economia, Gestão e Contabilidade (14%).

Áreas de estudo como a Educação Física, Desporto, Artes do Espectáculo (3%), Agricultura e Recursos Naturais (4%) apresentavam percentagens de frequência de estudantes com NEE mais baixas.

Considerando as diferentes tipologias apresentadas pelos estudantes com NEE, podemos constatar que nas áreas do Direito, Ciências Sociais e Serviços se registaram percentagens de frequência mais elevadas para a maioria das tipologias, variando entre 37% para a multideficiência e 19% para as doenças do foro psiquiá-

INCLUDI III

trico. No caso das tipologias de espectro do autismo, registou-se uma percentagem mais elevada de frequência de estudantes na área das Tecnologias (29%), quando comparada com a área de estudo do Direito, Ciências Sociais e Serviços (14%).

3.2 Apoios disponibilizados pelas Instituições de Ensino Superiores

3.2.1. Estruturas de apoio

Na terceira parte do questionário, era solicitado às IES que identificassem os apoios que os estudantes com NEE teriam ao seu dispor em termos de estruturas de apoio, regulamentação específica, adaptações curriculares e de avaliação e produtos de apoio específicos.

As instituições respondentes identificaram, como estruturas de apoio aos estudantes com NEE, os órgãos da instituição, como sejam os Conselhos Diretivos e Pedagógicos (6) e o Provedor do Estudante (4); os Serviços Gerais, como os Serviços Académicos (9), Serviços Ação Social (2), Gabinetes Médicos/Serviços de Saúde (4); Núcleos/Gabinetes/Serviços de Apoio a Estudantes (33) ou Serviços de Apoio Psicopedagógico e Psicológico (16) e 4 instituições identificaram como estrutura de apoio, uma pessoa de contacto. Apenas 5 instituições referiram que possuíam gabinetes de apoio específicos para estudantes com NEE.

3.2.2. Normativos internos

Quando questionadas sobre a existência de um regulamento ou estatuto para estudantes com NEE, 91 das 169 instituições respondentes afirmaram que não dispunham de qualquer normativo interno que observasse os direitos e condições específicas de apoio a estes estudantes. Embora os dados apontem para uma melhoria em relação a 2006/2007 (altura em que apenas 15 IES responderam disporem de normativos internos), em termos nacionais, e com base nos resultados de 2013/2014, verificámos que em 73% das IES, as decisões relativas às condições possibilitadoras do sucesso académico dos estudantes com NEE fica um pouco "à mercê" da boa vontade dos órgãos de gestão e dos docentes da instituição.

3.2.3. Serviços e Produtos de apoio específicos

Considerando as respostas das 172 IES respondentes no que se refere à existência de serviços especializados, foram identificados os seguintes: psicólogo (21%), tutor (17%), técnico de mobilidade (3%), intérprete de Língua Gestual Portuguesa (7%). Foram também identificados como formas de apoio específico individual, o apoio de voluntários (18%) e um assistente pessoal (9%).

INCLUDIT III

Quanto aos produtos de apoio específico, 45% das instituições respondentes indicaram que não possuíam produtos desta natureza. As IES que responderam afirmativamente indicaram como produtos específicos disponíveis, os seguintes: computador portátil (17%), computador de secretária (13%), software de ampliação (8%), software de leitura de ecrã (7%), OCR (6%), Impressora Braille (6%), Linha Braille (5%) e software de fala (5%).;

3.2.4. Condições especiais de frequência

Em relação às possíveis adaptações curriculares disponibilizadas pelas instituições aos estudantes com NEE, foram assinaladas as seguintes: adequação dos prazos (30%); recurso a instrumentos de avaliação alternativos (29 %); adaptação dos conteúdos pedagógicos das unidades curriculares (8%); adaptação dos planos de estudo (6%); alteração dos objetivos das unidades curriculares (4%); substituição de conteúdos (3%); outras adaptações não discriminadas (6%). Das instituições respondentes, 21% assinalaram não facilitar esse tipo de adaptações.

No que diz respeito à existência de materiais adaptados, foram os materiais informatizados os mais referidos pelas instituições respondentes (26%), seguindo-se os formatos ampliados (17%), registo áudio (11%), Braille (9%), língua gestual portuguesa (4%) e outros formatos não discriminados (12%). Registou-se tendência semelhante nos formatos especiais de avaliação, sendo as provas em suporte informático e as ampliadas as mais frequentes (ambas com 25%), seguindo-se em registo áudio (14%), impressas em Braille (10%) e, por último, em língua gestual portuguesa (9%). Para além disso, também foram consideradas também como condições especiais de avaliação, o tempo extra para a realização de provas escritas presenciais (34%), o alargamento dos prazos para entrega de trabalhos escritos (29%), a não penalização dos erros ortográficos (15%), bem como outras condições não discriminadas (13%).

3.3. Acessibilidade física e mobilidade no campus e edificado

Questionadas sobre a acessibilidade física do edificado, 49% das instituições respondentes indicaram que só em alguns casos as instalações estão acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada e 47% consideraram que estão acessíveis na totalidade. Apenas 4% das instituições responderam que o edificado não se encontrava acessível.

INCLUDIT III

Em relação às condições dentro do edificado, as instituições respondentes assinalaram existirem dificuldades no acesso a laboratórios (53%), a casas de banho (53%), a salas de aula (49%), a salas de estudo (46%), às bibliotecas (30%) e aos parques de estacionamento (34%).

Em termos de condições de acessibilidade dentro da sala de aula, foram identificadas dificuldades ao nível da instalação de sistemas de ampliação de som (93%), na alteração das condições de luminosidade (84%) e na reserva de lugares para estudantes com NEE (71%).

Para além disso, as instituições respondentes referiram não existirem nas instituições plataformas elevatórias (87%), sinalética para acessibilidade (77%), casas de banho adaptadas (69%), rampas de acesso (58%) e elevadores (46%).

Conclusão

Em síntese, confrontando os resultados do presente estudo com o realizado em 2006/2007, constata-se um notório acréscimo do número de estudantes com NEE a frequentar o ensino superior. Consequentemente, as instituições deste nível de ensino devem continuar a desenvolver esforços no sentido de dar resposta às necessidades destes estudantes, de forma a promover a sua inclusão e igualdade de oportunidades.

Para além de uma ênfase crescente no desenvolvimento de regulamentação específica, adaptações curriculares e de avaliação e produtos de apoio específicos para este público, é fundamental que as IES apostem também na melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade nos seus campi e edifícios bem como, na formação dos docentes (Seco et.al., 2014) e colaboradores não docentes de forma a promover a plena inclusão deste grupo de estudantes.

Considerando que os resultados do estudo aqui apresentado apontam para um aumento de estruturas de apoio ao estudante com NEE, em especial, ao nível de Núcleos/Gabinetes/Serviços de Apoio a Estudantes e dos Serviços de Apoio Psicopedagógico e Psicológico, importa valorizar e reforçar o trabalho dos técnicos envolvidos, cujo apoio se revela muito importante.

Ao nível do acolhimento e acompanhamento, estes técnicos, de formação diversa, desenvolvem atividades de avaliação e intervenção junto de estudantes com NEE, quer ao nível da organização de serviços, produtos

INCLUDIT III

e materiais específicos, quer ao nível do apoio psicológico minimizando o impacto no rendimento académico e autoconceito, procurando ajudá-los a (re)organizarem estratégias e recursos de suporte para lidarem eficazmente com os desafios e exigências do ES.

Para além disso, são o elo de ligação privilegiado com os docentes, serviços e órgãos de governo das Instituições, providenciando a informação relevante sobre os alunos, identificando obstáculos, sugerindo procedimentos, discutindo estratégias, ou dando o apoio que lhes seja solicitado. Preocupam-se não só com o sucesso académico dos estudantes, mas também com a sua formação global e inclusão plena na vida académica e social, incentivando e facilitando a prática de atividades culturais e desportivas.

Deste modo, considerando esses factos, os estudantes, antes de iniciarem o processo de transição para o ES, podem consultar os dados resultantes deste estudo em http://gtaedes.ul.pt/gtaedes/lista_distritos e assim estabelecerem um contacto prévio com esses técnicos de modo a facilitar a sua integração no novo meio académico.

Referências Bibliográficas

Abreu, S. M. (2011). Alunos com necessidades educativas especiais: Estudo exploratório sobre a inclusão no ensino superior. Tese de mestrado em Psicologia da Educação, Universidade da Madeira, Funchal.

Conselho Nacional de Educação (2014). Políticas Públicas de Educação Especial. Relatório Técnico.

http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomenda%C3%A7%C3%A3o_EE.pdf

Espadinha, C. (2010). Modelo de Atendimento às Necessidades Educativas Especiais Baseado na Tecnologia: Estudo de caso centrado em alunos com baixa visão. Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Educação Especial e Reabilitação, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

ONU (2007) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova Iorque: ONU.

Pires, L. A. (2007). A Caminho de um Ensino Superior Inclusivo? A experiência e percepções dos estudantes com deficiência - estudo de caso. Mestre em Educação Especial, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa.

INCLUDIT III

Pires, L. A. (2009). Levantamento Nacional dos Apoio aos Estudantes com Deficiência no Ensino Superior. Apresentado em I Seminário GTAEDES "Contributos para uma Universidade Inclusiva", Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Seco, G., Pereira, A. P., Alves, S. e Filipe, L. (2014). Necessidades Educativas Especiais: Manual de Apoio para Docentes (versão acessível). Serviço de Apoio ao Estudante do Instituto Politécnico de Leiria. ISBN: 978-972-8793-63-0, Acessível em <http://www.iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/1210> e em <http://sape.ipleiria.pt/manual-apoio-docentes/>

UNESCO (1990). Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco.

UNESCO. (1998). Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Acção. Paris: Unesco.